




Ações do Ministério da Economia no enfrentamento à Covid-19 em 2020 e 2021



Sumário

Ações 2020 6

Medidas para reduzir impactos da pandemia nas micro e pequenas empresas | 17 de março de 2020  7

Receita Federal simplificou e agilizou despacho aduaneiro de produtos médicos importados para combater os impactos da Covid-19 | 18 de março de 2020  8

Plano de Saúde Econômica alcançou valor total de R\$ 1,27 trilhão | 22 de março de 2020  9

Governo zerou IPI para produtos médico-hospitalares | 1º de abril de 2020  11

Benefício Emergencial preservou empregos | 4 de maio de 2020  12

Governo e Congresso aprovaram Orçamento de Guerra para combate à pandemia | 7 de maio de 2020  15

Auxílio a Santas Casas e hospitais filantrópicos | 7 de maio de 2020  16

Governo zerou imposto de importação de mais de 500 produtos durante a pandemia | 18 de maio de 2020  17

Repasse de R\$ 60 bilhões a estados e municípios | 22 de maio de 2020  18

Mais de cinco mil profissionais puderam ser contratados para reforçar área da Saúde | 26 de maio de 2020  19

Auxílio emergencial para vulneráveis durante a pandemia | 5 de junho de 2020  20

Governo simplificou prova de vida para 700 mil aposentados, pensionistas e anistiados | 17 de junho de 2020  22

Governo reduziu IOF de operações de créditos durante a pandemia | 3 de julho de 2020  23

Mais acesso ao crédito | 19 de agosto de 2020  24

Combate direto à pandemia da Covid-19 | 4 de setembro de 2020  26

Combate à alta de preços | 19 de setembro de 2020  28

Mais acesso ao crédito | 25 de setembro de 2020  30

Esforço fiscal no combate à pandemia chegou a R\$ 620,5 bilhões | 28 de setembro de 2020  31

Ações para combater a Covid-19; R\$ 20 bilhões só para a vacina | 17 de dezembro de 2020  32

Ações 2021 34

Ações do Ministério da Economia ajudaram a combater o desemprego | 20 de janeiro de 2021  35

Assegurado o pagamento do Auxílio Emergencial em 2021 | 13 de março de 2021  37

Novo Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) | 28 de abril de 2021  39

Regras excepcionais fortaleceram compras e contratações relacionadas à Covid-19 em 2021 | 3 de maio de 2021  41

Antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS | 5 de maio de 2021  42

Pronampe ajudou pequenas empresas a enfrentar a crise gerada pela pandemia | 11 de maio de 2021  43

Tarifa zero para produtos contra a Covid-19 até dezembro de 2021 | 19 de maio de 2021  45

Pronampe ajudou pequenas empresas a enfrentar a crise gerada pela pandemia | 2 de junho de 2021  47

Redução de impostos assegurou abastecimento interno | 2 de junho de 2021  48

Nova lei ampliou acesso ao crédito e ajuda a combater impactos da pandemia | 30 de junho de 2021  50

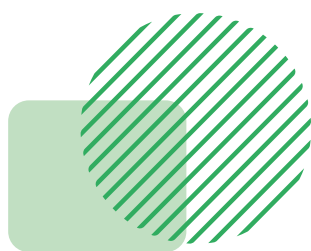
Receita definiu regras para financiamentos do Pronampe 2021 | 2 de julho de 2021  51

Aberta adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos | 12 de julho de 2021  52

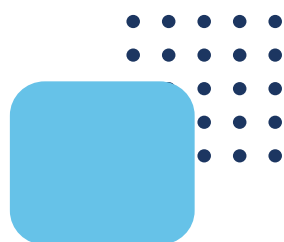
Benefício Emergencial alcançou três milhões de acordos | 16 de julho de 2021  53



Certificado Nacional de Vacinação via portal GOV.BR 28 de julho de 2021	55
Governo economizou R\$ 1,419 bilhão com trabalho remoto de servidores 3 de agosto de 2021	56
Brasil ajustou despesas orçamentárias de combate à pandemia 27 de agosto de 2021	57
Soluções digitais ajudaram o Brasil na luta contra a Covid-19 10 de setembro de 2021	58
Aprovado financiamento externo que ajudou o Brasil a enfrentar impactos da pandemia 15 de setembro de 2021	59
Contas de estados e municípios comprovaram eficácia da política federal de combate à Covid 15 de setembro de 2021	60
Ministério da Economia teve destaque nos 1.000 dias de governo com reformas e ações de combate à pandemia 27 de setembro de 2021	61
Retorno seguro ao trabalho no Executivo federal 1º de outubro de 2021	62
Ampliado prazo para prova de vida dos aposentados do Executivo 1º de outubro de 2021	63
Doação de imóvel para a Fiocruz 5 de outubro de 2021	64
Pronampe alcançou marca de 300 mil empreendedores beneficiados 7 de outubro de 2021	65
Medidas de estímulo à economia chegaram a R\$ 1,169 trilhão 18 de outubro de 2021	66
Análise comprovou eficácia dos instrumentos de apoio para combater a crise gerada pela Covid-19 19 de outubro de 2021	68



Governo reduziu em 10% o Imposto de Importação de bens 5 de novembro de 2021	70
Artesãos e pequenos empreendedores ganharam espaço em plataforma de comércio eletrônico global 17 de novembro de 2021	71
Governo lançou guia para Retomada Econômica do Turismo 23 de novembro de 2021	72
Ministério da Economia liberou crédito suplementar de R\$ 1,4 bilhão para 100 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 24 de novembro de 2021	73
Estudo do Ministério da Economia comprovou recuperação do mercado de trabalho 30 de novembro de 2021	74
Aumento do prazo para renegociação de débitos do FGTS em condições especiais 1º de dezembro de 2021	75
Prova de vida digital passou a atender veteranos das Forças Armadas 3 de dezembro de 2021	76
Balcão Único simplificou abertura de empresas no DF 21 de dezembro de 2021	77
Prazo para adesão ao Programa de Retomada Fiscal foi ampliado 27 de dezembro de 2021	79
Mantidos valores mínimos em parcelamentos com a Fazenda Nacional 29 de dezembro de 2021	81
Polícia Militar e Bombeiros do Distrito Federal adotaram prova de vida do GOV.BR 30 de dezembro de 2021	82



Ações 2020





Medidas para reduzir impactos da pandemia nas micro e pequenas empresas

17 de março de 2020

O governo também adotou medidas para reduzir os efeitos do novo coronavírus nas micro e pequenas empresas. Uma delas foi o adiamento do recolhimento do Simples e a liberação de

R\$ 5 bilhões

pelo Programa de Geração de Emprego e Renda do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT (Proger).



O programa consistiu num conjunto de linhas de financiamento

criado com a finalidade de incrementar a política pública de combate ao desemprego, mediante financiamentos focados em empreendimentos de menor porte em diversos setores da economia, com destaque para os setores de turismo, exportação e inovação tecnológica.

O Programa também

destinou recursos

para linhas voltadas à melhoria da qualidade de vida e da empregabilidade do trabalhador e à agricultura familiar.





Receita Federal simplificou e agilizou despacho aduaneiro de produtos médicos importados para combater os impactos da Covid-19

18 de março de 2020



Álcool em gel, antissépticos, máscaras



e outros produtos de proteção ou para uso hospitalar, como luvas e vestuários - adquiridos no exterior para fins de combate à Covid-19 - passaram a ter o despacho *aduaneiro simplificado e agilizado*.



Plano de Saúde Econômica alcançou valor total de R\$ 1,27 trilhão

22 de março de 2020



O *Plano de Saúde Econômica* alcançou valor total de

R\$ 1,27 trilhão,

com impacto fiscal de

R\$ 407,7 bilhões.

Desse montante, até

R\$ 212,4 bilhões

foram destinados a ações de apoio à população vulnerável e aos trabalhadores;

R\$ 133,4 bilhões

para auxílio a estados e municípios;

R\$ 24,3 bilhões

para ações de combate à pandemia (garantindo insumos e tratamento aos cidadãos) e

R\$ 524,4 bilhões

em medidas de fluxo de caixa e apoio à manutenção do emprego pelas empresas.





O impacto fiscal das medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19 no resultado primário até 18/12, foi de

R\$ 620,5 bilhões.



O total das despesas relacionadas à pandemia se distribui da seguinte forma:

R\$ 374,2 bilhões (60,3%)

destinados aos vulneráveis e à saúde,

R\$ 140,8 bilhões (22,7%)

aos empregos (empresas e trabalhadores) e

R\$ 105,5 bilhões (17%)

aos entes nacionais.

As informações foram divulgadas na 10ª apresentação realizada pelo Ministério da Economia com a prestação de contas dos impactos fiscais decorrentes do combate aos efeitos da crise do novo coronavírus na economia.





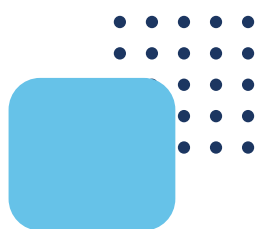
Governo zerou IPI para produtos médico-hospitalares

1º de abril de 2020



A medida emergencial

teve por objetivo a redução do custo tributário de produtos utilizados na prevenção e tratamento do novo coronavírus.



Em 2 de outubro,

a isenção foi prorrogada até 31 de dezembro (Decreto nº 10.503/2020).



Benefício Emergencial preservou empregos

4 de maio de 2020



O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi instituído pelo

governo federal,

por meio do

Ministério da Economia,

com a Medida Provisória nº 936/2020.



O Programa ofereceu

medidas trabalhistas

para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.



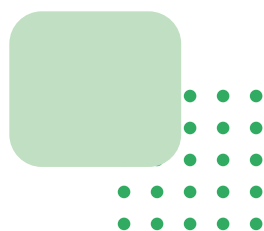
O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) foi pago quando houve acordos entre trabalhadores e empregadores nas situações de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e suspensão temporária do contrato de trabalho.



O governo assegurou

**R\$ 200
bilhões**

para garantir a saúde da economia e a manutenção de empregos durante a crise do novo coronavírus.





Desde o início da pandemia,
foram celebrados mais de

20,1 milhões

de acordos entre

1,5 milhão

de empresas e

9,8 milhões

de trabalhadores,
permitindo a preservação de

10,3 milhões

de empregos.



O Brasil terminou 2020
com a geração de

142.690

empregos com carteira assinada.

Houve plena reversão da perda de

1,586 milhão de

empregos formais durante o
período mais crítico dos impactos
da Covid-19 (março a junho).





○ Governo e Congresso aprovaram Orçamento de Guerra para combate à pandemia

7 de maio de 2020

O governo propôs e o Congresso aprovou, **em maio de 2020,** o *Orçamento de Guerra*, que instituiu um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para o enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia, dando agilidade no combate aos efeitos da Covid-19 e preservando os orçamentos dos próximos anos.



O Orçamento de Guerra

vigora até 31 de dezembro de 2020. Com essa estratégia, foi possível separar das demais despesas presentes no Orçamento-Geral da União as despesas extraordinárias e emergenciais necessárias para o país combater a Covid-19. Dessa forma, ficou garantido que os gastos extras deste momento não se transformarão em gastos permanentes.



Auxílio a Santas Casas e hospitais filantrópicos

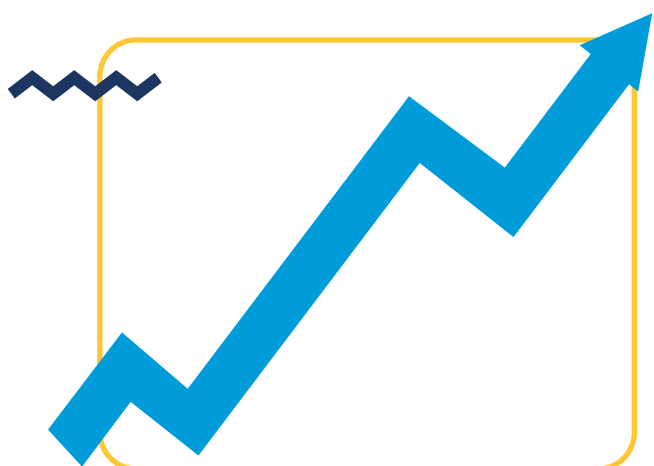
7 de maio de 2020

O auxílio da União para Santas Casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, no valor de até

R\$ 2 bilhões,

permitiu a ampliação de ações executadas de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) no combate à pandemia. Para isso, o governo sancionou a *Lei nº 13.995/2020*. O dinheiro deveria ser utilizado em ações para combater a pandemia da Covid-19.

A lei também foi assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. A meta era preparar as santas casas e hospitais filantrópicos que receberem esses recursos para atuação articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distritais e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia do novo coronavírus no território brasileiro e no atendimento à população.



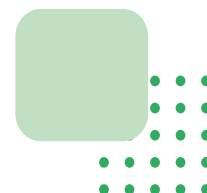


Governo zerou imposto de importação de mais de 500 produtos durante a pandemia

18 de maio de 2020

Mais 118 produtos

utilizados no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil tiveram o *Imposto de Importação reduzido a zero* por decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex), órgão interministerial presidido pelo Ministério da Economia.



A medida, aprovada em reunião virtual do Comitê Executivo de Gestão da Camex (Gecex), incluiu mais de

80 medicamentos

utilizados no tratamento de pacientes hospitalizados e no combate direto ao novo coronavírus, atendendo demanda do Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde e parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS).



A *Resolução nº 44/2020* do Gecex, que foi publicada em 18 de maio de 2020 no Diário Oficial da União, abrangeu produtos classificados em 55 códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Com a nova lista, chegou a 509 o número de produtos que tiveram tarifa de importação reduzida a zero para o combate à pandemia, em um total de sete resoluções do colegiado (nºs 17, 22, 28, 31, 32, 33, e 44) com esse objetivo.



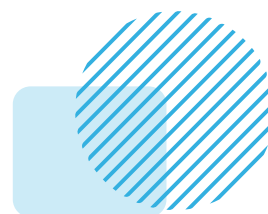
Repasse de R\$ 60 bilhões a estados e municípios

22 de maio de 2020

A *Lei Complementar nº 173/2020* estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). A nova regra definiu um *conjunto de ações*, incluindo o repasse federal de

R\$ 60,15 bilhões

para os entes subnacionais ainda em 2020.



Do lado da economia nas despesas, houve

R\$ 35,35 bilhões

relativos à suspensão de dívidas com a União também em 2020; até

R\$ 13,98 bilhões

de renegociação com bancos públicos e até

R\$ 10,73 bilhões

de renegociações de dívidas com

organismos internacionais. Juntas,

portanto, as medidas de reforço na receita e de economia na despesa alcançaram impacto de até

R\$ 120,21 bilhões.



Mais de cinco mil profissionais puderam ser contratados para reforçar a área da Saúde

26 de maio de 2020

O Ministério da Economia autorizou a contratação de

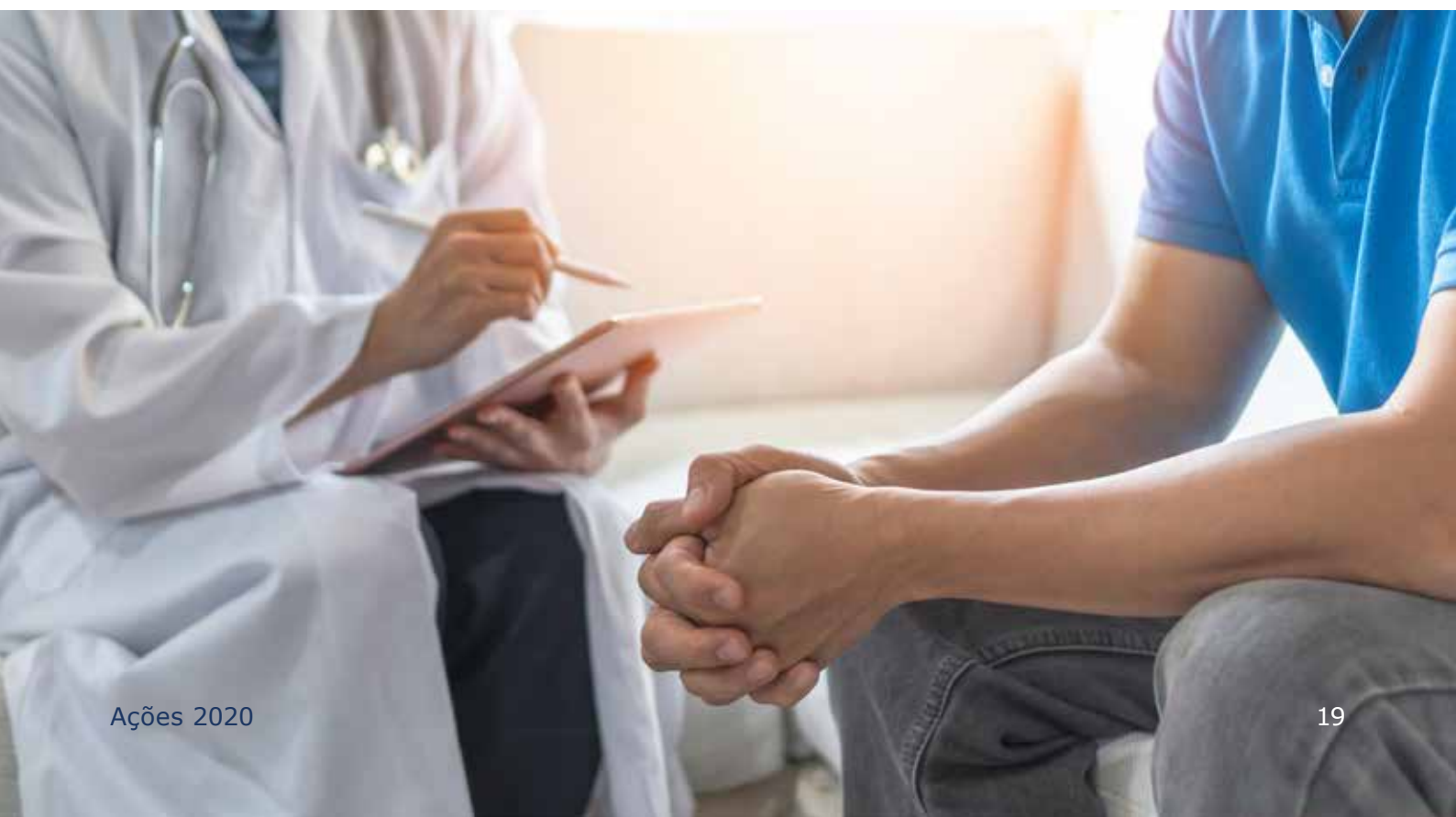
5.158 profissionais temporários

para reforçar a área da Saúde.

A Portaria Interministerial nº 12.683/2020 permitiu a contratação de

médicos e psicólogos

a partir de maio de 2020, para atuar na assistência à saúde nas cidades que enfrentavam a pandemia.





Auxílio emergencial para vulneráveis durante a pandemia

5 de junho de 2020



Pagamento do *Auxílio Emergencial* para os brasileiros em situação de vulnerabilidade diante dos impactos da pandemia do novo coronavírus (R\$ 600 por mês a *informais e microempreendedores individuais, entre outros*).



Somente o pagamento do Auxílio Emergencial representou impacto primário de

**R\$ 321,8
bilhões**

em 2020, já considerando as três parcelas originais e as prorrogações.



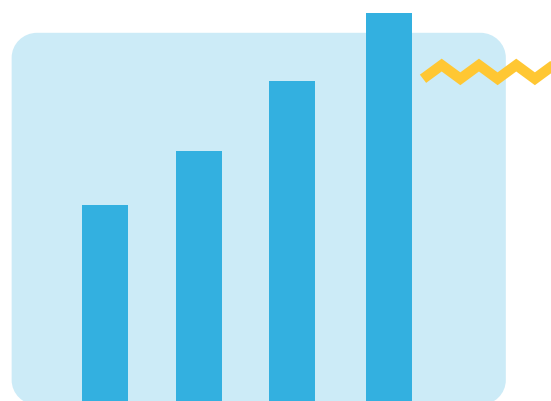


O benefício começou a ser pago em abril de 2020, em

três parcelas mensais de R\$ 600.

Em junho, foi prorrogado por mais

duas parcelas de R\$ 600.



No começo de setembro, o presidente Jair Bolsonaro anunciou

mais quatro

meses de pagamentos, com parcelas de

R\$ 300

até dezembro.

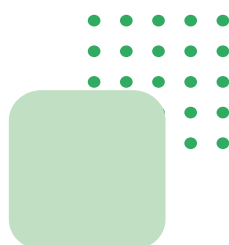
Isso significou a possibilidade de repasse de

até nove parcelas

para alguns beneficiários.

O Auxílio Emergencial

representou mais da metade do *esforço fiscal* total das ações de combate aos efeitos da pandemia.





Governo simplificou prova de vida para 700 mil aposentados, pensionistas e anistiados

17 de junho de 2020

A Portaria nº 244 e a Instrução Normativa nº 45 publicadas em 17/6/20 no Diário Oficial da União simplificaram a prova de vida para mais de

700 mil

aposentados e pensionistas da União que recebem seus benefícios por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).

As medidas se aplicaram também a anistiados políticos civis e seus pensionistas inclusos na *Lei nº 10.559*, de 13 de novembro de 2002. Os normativos autorizaram a utilização de novas tecnologias, como a comprovação de vida utilizando

biometria em aplicativos mobile e em terminais de autoatendimento bancário.



Isso permitiu que os beneficiários, ainda que estivessem no exterior, sem condições de deslocamento ou mesmo sem um local próximo para realizar a prova de vida, pudessem acessar o serviço a qualquer hora e em qualquer lugar.



Governo reduziu IOF de operações de créditos durante a pandemia

3 de julho de 2020

O governo *abriu mão de recolher o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)* das operações de crédito durante a pandemia, de forma a estimular a atividade econômica.



Em 2/10/20,

foi ampliada

para até 31 de dezembro, por meio do *Decreto nº 10.504/2020*. Só no terceiro trimestre, a renúncia fiscal com a medida foi estimada em

R\$ 6,2 bilhões.





Mais acesso ao crédito

19 de agosto de 2020

As sanções das Medidas Provisórias nºs 944 e 975, no final de agosto,

ampliaram

o acesso ao crédito durante o período de pandemia da Covid-19.

A MP nº 944, convertida na Lei nº 14.043/2020, instituiu o

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese),

que se destinou à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresariais e sociedades cooperativas - excetuadas as sociedades de crédito - com a finalidade de pagamento da folha salarial de seus empregados.

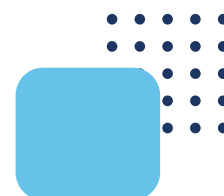




A MP nº 975, convertida na Lei nº 14.042/2020, instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), que tem como objetivo

destravar o crédito,

por meio da concessão de garantias pela União, para pequenas e médias empresas.



O Programa já aprovou

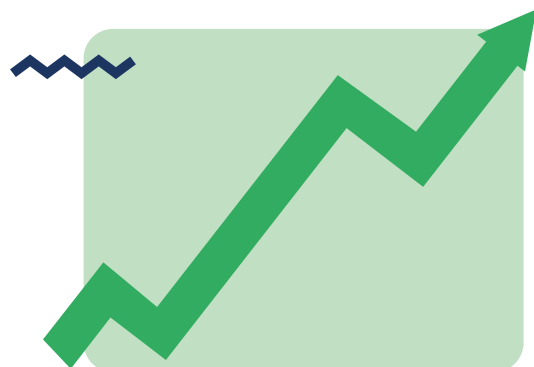
R\$ 10,9 bilhões

em créditos, beneficiando

12.629 empresas,

que empregam mais de

660 mil pessoas.



O Programa Emergencial de Acesso ao Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhas) inovou no acesso ao crédito aos microempreendedores individuais (MEI) e às microempresas e empresas de pequeno porte.



Combate direto à pandemia da Covid-19

4 de setembro de 2020

Reforçadas ações de combate aos impactos da pandemia do novo coronavírus,

com a simplificação dos procedimentos de compras públicas, edição de normativos e desenvolvimento de ferramentas para o acompanhamento das aquisições emergenciais.

Prazos para redução de jornada e suspensão de contratos foram prorrogados.



A Câmara de Comércio Exterior (Camex) também ampliou a vigência da redução de tarifas para importação de produtos contra o novo coronavírus. Da mesma forma, foi dado mais tempo para a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de crédito.





O *Painel de Compras Covid-19*, desenvolvido pelo Ministério da Economia, mostrou que as aquisições em insumos e serviços para combater os efeitos da Covid-19 superaram

R\$ 6,5 bilhões
em mais de



78,8 mil
itens como
máscaras,
álcool em gel e
termômetros,

além de serviços como os de manutenção de equipamentos médico-hospitalares e de engenharia em hospitais e em centros de atendimento a pessoas infectadas. No total, *o impacto fiscal de medidas de*



combate ao novo coronavírus alcançou

R\$ 605
bilhões em 2020.





Combate à alta de preços

19 de setembro de 2020

Ao perceber a alta de preços de alimentos após a chegada da pandemia da Covid-19,

o Ministério da Economia agiu rapidamente.



No começo de setembro de 2020, o Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu

zerar a alíquota do imposto de importação para o arroz

em casca e beneficiado até 31 de dezembro de 2020 daquele ano. Em outubro, decisão semelhante foi adotada para a soja e para o milho:

o imposto de importação desses dois produtos foi zero

até 15 de janeiro de 2021.



Jefferson Rudy - Fonte: Agência Senado

A autonomia do Banco Central - aprovada no Senado em 03/11/2020

reforçou o compromisso da Autoridade Monetária no combate à inflação e na manutenção do poder de compra das famílias brasileiras.





Mais acesso ao crédito

25 de setembro de 2020

O governo federal economizou cerca de

R\$ 1 bilhão

com o trabalho remoto de servidores públicos durante a pandemia do novo coronavírus.

Este valor considerou a redução de

R\$ 859 milhões

nos gastos de custeio e a diminuição de

R\$ 161 milhões

nos pagamentos de auxílios para os servidores entre os meses de abril e agosto de 2020.





Esforço fiscal no combate à pandemia chegou a R\$ 620,5 bilhões

28 de setembro de 2020

O esforço fiscal do Brasil no combate aos efeitos da pandemia do novo coronavírus chegou a

R\$ 620,5 bilhões.



Cálculos da Secretaria de Política

Econômica (SPE) apontaram que até agosto de 2020 o esforço fiscal brasileiro atingiu

8,7% do Produto Interno Bruto (PIB) projetado para o ano citado — muito acima da média de 4,3% dos países em desenvolvimento.

Também ficou acima da média dos países avançados (7,1%).

O total de despesas direcionadas ao enfrentamento da crise atingiu

R\$ 587,5 bilhões

e houve **R\$ 27,5 bilhões**

relativos a reduções de receita.





Ações para combater à Covid-19; R\$ 20 bilhões só para a vacina

17 de dezembro de 2020

Ao final de 2020, foi garantido crédito extraordinário de

R\$ 20 bilhões

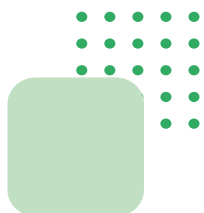
para assegurar a vacinação da população brasileira contra a Covid-19 (*Medida Provisória nº 1.015/2020*). O valor pôde ser utilizado conforme o planejamento e as necessidades do Ministério da Saúde. A edição da MP ocorreu durante a vigência do Orçamento de Guerra (*Emenda Constitucional nº 106/2020*), que permitiu gastos em situação extraordinária para combater a epidemia do novo coronavírus.



Em 2021, as ações para atacar os impactos da pandemia continuaram. Em 20 de janeiro foi

zerado o Imposto de Importação

de pneus para veículos de carga, mantendo a força da matriz de transporte em meio à pandemia.

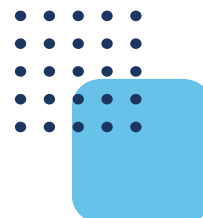




Também foi

ampliado o período de pagamento de benefícios

a aposentados e pensionistas do INSS que não fizeram a prova de vida entre março de 2020 e fevereiro de 2021, estratégia adotada pelo governo para reduzir o risco de exposição da população ao novo coronavírus.



Ações 2021





Ações do Ministério da Economia ajudaram a combater o desemprego

20 de janeiro de 2021



Em meio à maior pandemia da atual geração, o Ministério da Economia lançou uma série de ações para evitar o desemprego em massa, com destaque para o

Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm).


Foram mais de **20,1 milhões** de acordos realizados entre **1,5 milhão** de empresas e **9,8 milhões** de trabalhadores, permitindo a preservação de **10,3 milhões** de empregos.



Esses acordos contribuíram diretamente para

a retomada econômica,

pois o Programa impediu o fechamento de empresas que, a partir do momento em que as condições sanitárias foram abrandadas, voltaram a contratar trabalhadores.

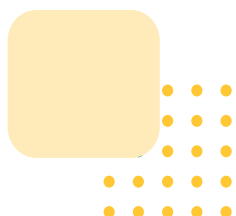


Os *resultados positivos* foram evidentes: no balanço de todo o ano, o Brasil gerou

142.690 novos empregos com carteira assinada.

Houve plena reversão da perda de 1,586 milhão

de *empregos formais* durante o período mais crítico dos impactos da Covid-19 (março a junho de 2020).





Assegurado o pagamento do Auxílio Emergencial em 2021

13 de março de 2021

Para apoiar os brasileiros que mais sofreram com os impactos diante da persistência da pandemia da Covid-19, o Ministério da Economia trabalhou na construção de *mecanismo para garantir a*

retomada do pagamento do Auxílio Emergencial em 2021.



A volta dos pagamentos foi assegurada com a edição da *Medida Provisória nº 1.039*, em 18 de março de 2021. A ação contou com até

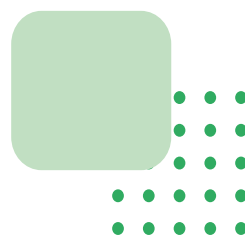
R\$ 44 bilhões.





Ou seja, a medida ajudou diretamente as pessoas que mais perderam renda por causa da pandemia, mas com pleno respeito às contas públicas. De acordo com a MP, o auxílio foi de

R\$ 250
em quatro
parcelas mensais,
limitado a um beneficiário por família.



O pagamento foi feito pelos mesmos meios e mecanismos utilizados em 2020, e foi realizado por meio de conta do tipo poupança social digital, aberta em nome do beneficiário. A retomada do Auxílio Emergencial somou-se aos

R\$ 20 bilhões

assegurados no final de 2020 para a aquisição de vacinas contra o novo coronavírus (*Medida Provisória nº 1.015/2020*), em um conjunto de ações construído para permitir a retomada segura dos brasileiros ao trabalho dentro do menor prazo possível.

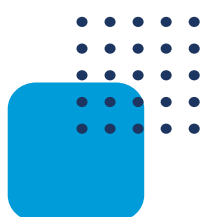




Novo Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm)

28 de abril de 2021

Com a edição da *Medida Provisória nº 1.045* em 27 de abril de 2021, foi instituído o **Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda**, além de medidas complementares, para ajudar o Brasil no enfrentamento das consequências da pandemia da Covid-19 no âmbito das relações de trabalho.



A MP assegurou a **retomada do pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm)**,

pago nas hipóteses de suspensão ou redução da jornada de trabalho, independentemente do cumprimento de período aquisitivo, do tempo de vínculo empregatício ou do número de salários recebidos.



Por até 120 dias, o acordo pôde reduzir proporcionalmente a jornada de trabalho e o salário de seus empregados, cabendo ao governo fazer a complementação do salário do trabalhador na forma da lei. Em 2021, o novo BEm contou com até



R\$ 10 bilhões.

Em 2020, o BEm preservou cerca de

10 milhões de empregos,

ajudando diretamente os trabalhadores e beneficiando as empresas, com a preservação de mão de obra. Coube ao Ministério da Economia coordenar, executar, monitorar e avaliar o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e editar normas complementares necessárias à sua execução.





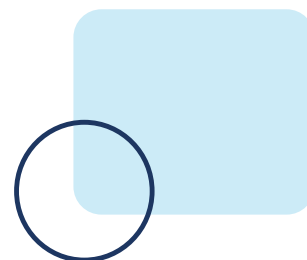
Regras excepcionais fortaleceram compras e contratações relacionadas à Covid-19 em 2021

3 de maio de 2021

Medidas excepcionais para aquisição de bens, contratação de serviços — inclusive de engenharia — e insumos destinados ao enfrentamento à Covid-19 em 2021 foram estabelecidas com a edição da *Medida Provisória nº 1.047*, de 3 de maio de 2021.

A meta foi garantir que bens, serviços e insumos

destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 estivessem disponíveis no local e hora certos, para manutenção das atividades indispensáveis ao atendimento das necessidades da população, de forma diligente e racionalizada, mediante a congregação de iniciativas.



Também visou combater à situação de emergência em saúde. As novas regras promoveram a racionalização das compras, com redução de custos administrativos e financeiros, melhor aproveitamento de esforços operacionais dos órgãos federais no atendimento à população, sempre sob rígidos critérios do processo administrativo, com transparência nas compras realizadas por esse sistema. Em 2021, até abril, o governo investiu

R\$ 16,6
bilhões no combate à
pandemia.



Antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS

5 de maio de 2021

O pagamento antecipado do abono anual (13º) aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi garantido em 5 de maio de 2021, com a publicação do Decreto nº 10.695/2021. A medida antecipou a injeção de cerca de

R\$ 52,7 bilhões

na economia. Isso auxiliou os beneficiários do INSS no enfrentamento dos impactos da pandemia da Covid-19 e, conseqüentemente, ajudou o país na retomada do nível de atividade. A ação não teve impacto orçamentário, ou seja, preservou a qualidade das contas públicas, com plena observação dos critérios de responsabilidade fiscal.



O pagamento ocorreu em duas parcelas.

A primeira, correspondente a 50% do benefício devido no mês de maio de 2021, foi paga juntamente com os benefícios dessa competência – de 25 de maio a 8 de junho. A segunda parcela foi paga junto com os benefícios da competência do mês de junho de 2021 – de 24 de junho a 7 de julho. Em geral, o pagamento nos anos anteriores à chegada da pandemia do novo coronavírus ao país era realizado nas competências agosto e novembro.



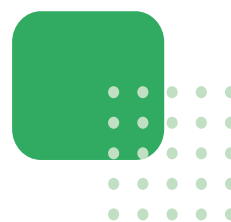


Pronampe ajudou pequenas empresas a enfrentar a crise gerada pela pandemia

11 de maio de 2021

O Programa Nacional de Apoio às Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - elaborado pelo Ministério da Economia - teve sua *tramitação concluída* no Congresso Nacional. Em 11/5/2021, o Senado aprovou o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei nº 5.575/2020, que

tornou permanente o Pronampe.

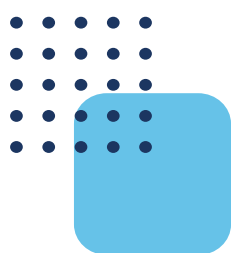




A primeira versão do programa foi estabelecida em 2020, dentro do conjunto de medidas excepcionais para permitir o enfrentamento dos impactos da pandemia do novo coronavírus, no esforço de

reduzir os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o emprego e a preservação das empresas de pequeno e médio porte.

Na condição de medida emergencial, essa primeira versão do programa teve validade até 31 de dezembro de 2020.



Em 2021, o Ministério da Economia apoiou as tratativas para transformar o Pronampe em uma política permanente, com estimativa de aplicar até

R\$ 5 bilhões

no ano citado. O Pronampe atendeu pequenas e médias empresas em empréstimos com juros reduzidos, subvencionados por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO).



Tarifa zero para produtos contra a Covid-19 até dezembro de 2021

19 de maio de 2021



Assegurada até 31 de dezembro de 2021 a vigência de regra que zerou a tarifa de importação sobre itens essenciais ao combate à Covid-19.

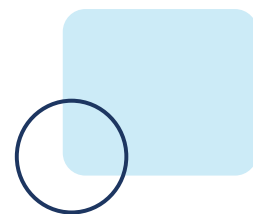
A lista incluiu 628 itens, entre medicamentos e vacinas, equipamentos hospitalares, itens de higiene pessoal e outros insumos.

Se não houvesse a prorrogação do prazo, a redução das alíquotas seria encerrada em 30 de junho. A decisão foi tomada pelo Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex).



A prorrogação teve por base proposta e nota técnica apresentadas pelo Ministério da Saúde — órgão responsável pela coordenação do combate à pandemia — em resposta à consulta efetuada pela Secretaria-Executiva da Camex (SE/Camex).

A confecção da lista foi resultado da cooperação entre SE/Camex, Ministério da Saúde, Secretaria Especial da Receita Federal e outras secretarias do Ministério da Economia.



O trabalho foi realizado de forma coordenada para compor a relação com produtos recomendados tanto por organismos internacionais — como a **Organização Mundial da Saúde (OMS)**

— quanto por entidades nacionais, como a **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)**, além daqueles itens solicitados por associações e empresas.



Pronampe ajudou pequenas empresas a enfrentar a crise gerada pela pandemia

2 de junho de 2021

Sancionada a Lei nº 14.161 que conferiu caráter permanente ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (*Pronampe*).

A primeira versão do programa foi em 2020 no conjunto de medidas excepcionais estabelecidas para permitir o enfrentamento dos impactos da pandemia do novo coronavírus, no esforço de reduzir os efeitos da Covid-19 sobre o emprego e a preservação das empresas de pequeno e médio porte.

Na condição de medida emergencial, essa primeira versão do programa teve validade até 31 de dezembro de 2020. Em 2021, o Ministério



da Economia apoiou as tratativas para transformar o Pronampe em uma *política permanente*, com estimativa de aplicar até

R\$ 5 bilhões

nessa ação neste ano. O Pronampe atende pequenas e médias empresas em empréstimos com juros reduzidos, subvencionados por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO).



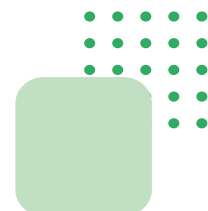


Redução de impostos assegurou abastecimento interno

2 de junho de 2021

O Comitê-Executivo de Gestão (Gecex), núcleo colegiado da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Economia, manteve atenção no cenário interno e decidiu pela

redução de alíquotas de importação para garantir melhores condições de abastecimento no mercado doméstico.

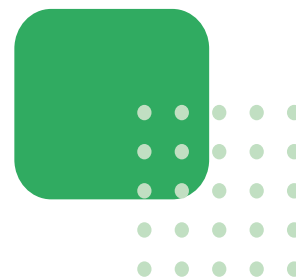


No começo de junho, 23 produtos tiveram redução das tarifas de importação, em medida presente na *Resolução Gecex nº 197/2021*.

A lista incluiu produtos como insumos agrícolas, equipamentos para geradores de energia, insumos químicos, tintas para impressão e lentes de contato, dentre outros.



Nesses casos, os produtos tiveram **reduções tarifárias do Imposto de Importação para 0% ou 2%, por até 365 dias,** por razões de desabastecimento, conforme quotas e prazos estabelecidos na resolução.



No final de junho a *Resolução Gecex nº 211/2021* concedeu **redução temporária do Imposto de Importação, para zero por cento, de uma nova série de medicamentos,**

tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do novo coronavírus. Com a decisão, a lista de *redução temporária* de alíquotas de Imposto de Importação para combate à Covid-19 ultrapassou a marca de 600 itens.





Nova lei ampliou acesso ao crédito e ajudou a combater impactos da pandemia

30 de junho de 2021

Sancionada a *Lei nº 14.179/2021*, que **facilitou o acesso a crédito e, assim, ajudou o país a combater impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19**. A nova regra estabeleceu a dispensa, até o final de 2021, da apresentação de determinadas exigibilidades legais para a contratação de operações de crédito em geral. Com isso, empresas e cidadãos ganharam fôlego para superar as dificuldades financeiras geradas pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

A nova lei foi oriunda da *Medida Provisória nº 1.028/2021*, encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional em fevereiro. Quando apresentou a proposta ao Legislativo, o governo argumentou que a medida era importante para auxiliar as medidas de combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes do enfrentamento à pandemia da Covid-19, **assegurar melhores condições de acesso ao mercado de crédito às empresas, permitindo a elas maior taxa de sobrevivência.**





Receita definiu regras para financiamentos do Pronampe 2021

2 de julho de 2021

A Receita Federal *estabeleceu regras* para o fornecimento de informações visando à concessão de

linhas de crédito a microempresas e empresas de pequeno porte,

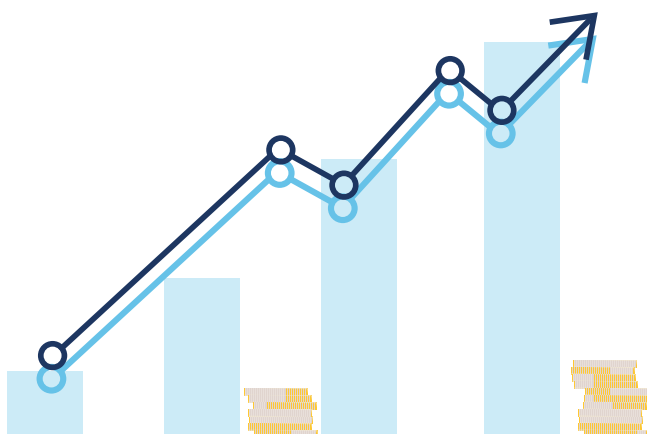
contratadas em 2021 por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A regulamentação consta da *Portaria RFB nº 52/2021*.



Com isso, a Receita iniciou o processo de envio de comunicados a cerca de

5,3 milhões de estabelecimentos que têm direito ao crédito.

O Pronampe é um programa de crédito (financiamento) do governo federal destinado ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos pequenos negócios. O programa foi regulamentado pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME).





Aberta adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos

12 de julho de 2021

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu o prazo de adesão ao **Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)**

estabelecido pela *Portaria PGFN nº 7917/2021*. A negociação foi feita por meio do portal Regularize até 26 de novembro de 2021. O mecanismo estava disponível somente para as pessoas jurídicas que exercem atividades econômicas ligadas ao setor de eventos.

Por isso, o Ministério da Economia publicou a *Portaria ME nº 7.163/2021*, listando os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) definidos como setor de eventos.

Puderam ser negociados débitos inscritos em Dívida Ativa da União até 5 de novembro de 2021.

Essa negociação não abrangeu dívida ativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).





Benefício Emergencial alcançou três milhões de acordos

16 de julho de 2021

Balanço apontou que o Programa Emergencial de Preservação do Emprego e Renda alcançou a marca de

3 milhões

de acordos celebrados entre trabalhadores e empresas em 2021.

A iniciativa foi da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e contou com a parceria da Empresa Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).

Foram cerca de

2,5 milhões

de empregadores e

615 mil

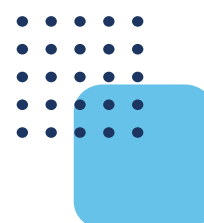
trabalhadores

envolvidos nos acordos. No Programa, conhecido como BEm, pelo pagamento do Benefício Emergencial, trabalhadores e empregadores entraram em acordo para redução de jornada e salário em troca da manutenção e estabilidade temporária dada ao empregado.



O governo federal devolveu parte do valor que foi reduzido temporariamente para minimizar a perda da renda do trabalhador. O BEm 2021 foi lançado por meio da *Medida Provisória nº 1045*. Desde então,

o maior volume de operações foi para suspensão de contratos (1.255.330), seguido das reduções de jornada em 70% (746.195), 50% (566.220) e 25% (434.701) do tempo total.





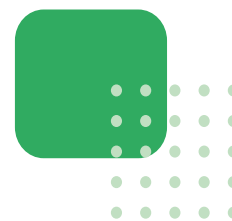
Certificado Nacional de Vacinação via portal GOV.BR

28 de julho de 2021

Brasileiros imunizados com as duas doses ou a dose única da vacina contra a Covid-19, dependendo do imunizante utilizado,

puderam emitir seu Certificado Nacional de Vacinação Covid-19 por meio do portal GOV.BR.

Ao acessar o ConecteSUS Cidadão, é possível visualizar na aba "Vacinas" o box com informações detalhadas sobre as doses recebidas.



Quando a pessoa completa seu processo vacinal e o estado ou município onde tomou as doses informa à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), é atualizado em sua Carteira de Vacinação Digital o campo para a emissão do certificado.

Esse documento faz parte dos **mais de três mil serviços digitalizados pelo governo federal**, disponíveis aos cidadãos pelo GOV.BR. Ele comprova que o cidadão completou seu ciclo vacinal contra o vírus. Durante a pandemia, o Ministério da Economia transformou mais de 800 serviços em digitais. O certificado é um dos mais recentes a ser oferecido em poucos minutos na palma da mão.





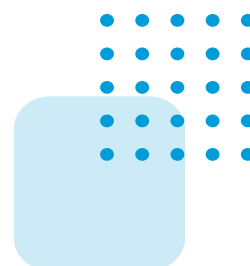
Governo economizou R\$ 1,419 bilhão com trabalho remoto de servidores

3 de agosto de 2021

Levantamento do Ministério da Economia apontou que o *governo federal economizou*

R\$ 1,419 bilhão

com o trabalho remoto de servidores públicos durante a pandemia da Covid-19 (período entre março de 2020 e junho de 2021).



Foram considerados

cinco itens de custeio: diárias; passagens e despesas com locomoção; serviços de energia elétrica; serviços de água e esgoto; cópias e reprodução de documentos.

A transformação digital permitiu que fosse mantido o atendimento aos cidadãos, mesmo durante a pandemia.



Brasil ajustou despesas orçamentárias de combate à pandemia

27 de agosto de 2021

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que as *despesas orçamentárias* para o combate à Covid-19

caíram de 25% em 2020 para 7% em 2021.

Os números foram apresentados durante reunião mensal da Comissão Temporária da Covid-19 do Senado Federal para tratar da situação fiscal e execução orçamentária das medidas relacionadas ao enfrentamento à pandemia.

Segundo o ministro,

25% do orçamento

federal foi sendo gasto no combate ao novo coronavírus em 2020,

R\$ 635 bilhões

de déficit primário com despesas extraordinárias constitucionalmente permitidas. Em 2021, de acordo com Paulo Guedes, o orçamento desinflou porque os créditos extraordinários não estão sendo necessários na mesma intensidade, tendo sido destinado somente 7% do orçamento no combate à pandemia, o que mostrou um recuo gradual.





Soluções digitais ajudaram o Brasil na luta contra a Covid-19

10 de setembro de 2021

O secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe Monteiro, apresentou ao Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 os

resultados da transformação digital do Brasil realizados pelo GOV.BR.



Foram

3,4 mil

serviços públicos transformados para o canal digital, chegando a

115 milhões

de brasileiros com acesso a soluções como a

Carteira de Trabalho Digital, a Carteira Digital de Trânsito, além do Auxílio Emergencial.

O Comitê é coordenado pela Casa Civil e conta com participação do Ministério da Economia. Por meio de ciclo de palestras, a instância promove a discussão do planejamento político-estratégico e as projeções das políticas públicas.



Aprovado financiamento externo que ajudou o Brasil a enfrentar impactos da pandemia

15 de setembro de 2021

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) do Ministério da Economia aprovou o valor total de

US\$ 290,93 milhões

para um projeto financiado com recursos externos e uma contribuição financeira não reembolsável de bancos multilaterais de desenvolvimento.



O financiamento externo aprovado foi proveniente da Agência Japonesa de Cooperação (Jica). São

US\$ 271,93 milhões

destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Projeto de Apoio Emergencial em Resposta à Crise da Covid-19.

O empréstimo beneficiou empresas do setor de saúde, além de micros, pequenas e médias empresas (MPMEs), no enfrentamento à crise econômica provocada pelo novo coronavírus.





Contas de estados e municípios comprovaram eficácia da política federal de combate à Covid-19

15 de setembro de 2021

O Tesouro Nacional divulgou o *Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais*, mostrando que, em 2020, estados e municípios, incluindo estatais, tiveram um superávit de

R\$ 42,9 bilhões

– o maior resultado primário da série histórica iniciada em 2000 –, e terminaram o ano com um acréscimo de

R\$ 31,1 bilhões

no estoque e no equivalente de caixa.



O bom desempenho das contas públicas dos entes, observado em um ano em que o governo federal teve o maior déficit já registrado (**R\$ 745,9 bilhões**), foi creditado à combinação do crescimento de receitas próprias com o auxílio financeiro prestado pela União para o combate à pandemia da Covid-19. Ao mesmo tempo, as despesas tiveram acréscimo menor do que o esperado, já que a ampliação dos gastos com saúde foi compensada por uma redução ou pequeno aumento das despesas com outras funções.




Ministério da Economia teve destaque nos 1.000 dias de governo com reformas e ações de combate à pandemia

27 de setembro de 2021

O governo do presidente Jair Bolsonaro completou

1.000 dias

em 27 de setembro de 2021, com um amplo conjunto de ações, conquistas, realizações e entregas para os brasileiros. Os esforços do Ministério da Economia nessa agenda de modernização do país foram reconhecidos em balanço divulgado pelo Palácio do Planalto, com destaque para a agenda de *reformas e as medidas* para reequilibrar as contas públicas, de promoção do desenvolvimento, estímulo à geração de emprego e de inserção do país na economia global.



A elaboração de instrumentos extraordinários que deram força para o Brasil cuidar da saúde de seus cidadãos,

no cenário de chegada da pandemia e, simultaneamente, a atenção com a atividade econômica, também foram estratégias e conquistas reconhecidas pelo Planalto.





Retorno seguro ao trabalho no Executivo federal

1 de outubro de 2021

Com o avanço da vacinação em massa,

o Ministério da Economia divulgou instruções para

o retorno seguro ao trabalho presencial no poder Executivo federal.

Órgãos e entidades observaram as orientações do Ministério da Saúde quanto aos cuidados e proteção individual e medidas em relação aos casos suspeitos e confirmados da doença.



As regras estão presentes na *Instrução Normativa nº 90/2021*, a qual estabelece o retorno ao trabalho presencial a todos os servidores e empregados públicos, exceto servidores com fatores de risco ou que tenham filhos ou a guarda de menores em idade escolar, nas localidades onde as aulas presenciais ou serviços de creche estejam suspensos.



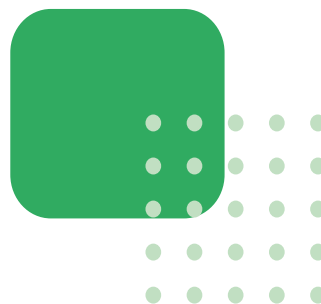
Ampliado prazo para prova de vida dos aposentados do Executivo

1º de outubro de 2021

O Ministério da Economia *prorrogou até 31 de dezembro de 2021 o prazo* para a realização da prova de vida dos servidores públicos federais aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Executivo federal.

A medida atendeu aqueles que não realizaram a comprovação durante o período em que a sua obrigatoriedade estava suspensa

(entre março de 2020 e junho de 2021) visando ampliar a proteção contra a exposição ao novo coronavírus.



Originalmente, o prazo terminaria em 30 de setembro, mas a publicação da Instrução Normativa nº 91/2021 garantiu a realização da prova de vida até o final do ano e a cobertura para os anos de 2020 e 2021, de acordo com calendário específico. A prova de vida é um procedimento previsto em lei para evitar fraudes e pagamentos indevidos e deve ser feita uma vez por ano, no mês do aniversário do beneficiário.

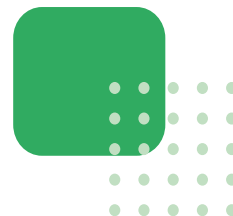


Doação de imóvel para a Fiocruz

5 de outubro de 2021

Autorizada a doação, com encargos, de imóvel da União localizado no município do Rio de Janeiro à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde. O objetivo é

possibilitar a expansão da instituição e ampliar sua capacidade de atuação, principalmente em razão das novas demandas surgidas em função da pandemia da Covid-19.



A medida constou da Portaria nº 11.521/2021, publicada no Diário Oficial da União. Trata-se de um terreno avaliado em

R\$ 60,3 milhões,

situado na Avenida Brasil, nº 4.036, em Manguinhos (RJ), em frente ao *campus* principal da Fiocruz. O local possui 58,2 mil m², sendo 15,7 mil m² de benfeitorias. Dentre outras ações planejadas, o espaço abrigará um novo prédio de pesquisas, visando à melhoria das áreas laboratoriais existentes, situadas em prédios muito antigos, o que impossibilita a realização de adaptações necessárias.



Pronampe alcançou marca de 300 mil empreendedores beneficiados

7 de outubro de 2021

A Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) *divulgou balanço sobre resultados acumulados* pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

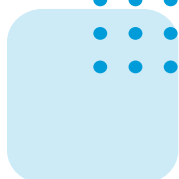
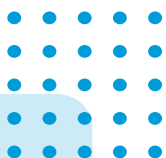
Lançado em 2020 como instrumento de apoio no combate aos impactos da pandemia da Covid-19, o programa já possibilitou contratações no valor de

R\$ 25 bilhões,
beneficiando mais de **320 mil empresas.**

O resultado foi maior que a expectativa inicial de

250 mil empresas

atendidas e representou uma eficiência 327% maior na utilização dos recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) se comparado com o ano de 2020.





Medidas de estímulo à economia chegaram a R\$ 1,169 trilhão

18 de outubro de 2021



Balanco divulgado pelo Ministério da Economia revelou que as *medidas de estímulo* à economia executadas pelo governo para ajudar o país a enfrentar os impactos da pandemia da Covid-19 atingiram a marca de

R\$ 1,169 trilhão.



As micro e pequenas empresas (MPEs) e os microempreendedores individuais (MEIs) foram beneficiados com diversas iniciativas, entre as quais o diferimento de impostos como o Simples Nacional, contribuições da seguridade social e pagamento de débitos.

A possibilidade de redução de jornada de trabalho e suspensão de contratos, o auxílio emergencial aos MEIs e as linhas de crédito específicas para o segmento

são outros exemplos de ações do governo federal.

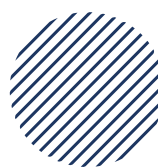


Destaque entre as medidas de apoio às MPEs, o Programa Nacional de Apoio à Microempresa e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) possibilitou a liberação de

R\$ 62,4 bilhões

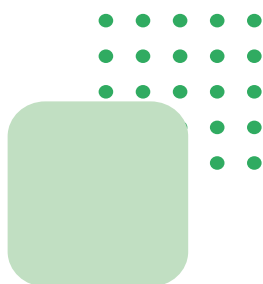
em mais de

850 mil operações de crédito.



Dessas operações, 74% tiveram como beneficiárias as pequenas empresas, e 26%, as microempresas.

No âmbito do Pronampe, o Fundo Garantidor de Operações (FGO) pode avalizar até 100% do valor de cada operação de crédito garantida, com linha de crédito até o limite de 30% da receita bruta obtida pelas empresas em 2019 e parcelamento em até 36 meses.





Análise comprovou eficácia dos instrumentos de apoio para combater a crise gerada pela Covid-19

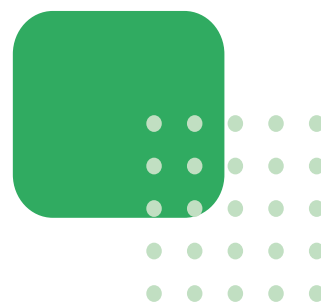
19 de outubro de 2021

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulgou a nota informativa

“Uma breve reflexão sobre o desempenho econômico brasileiro diante da crise da Covid-19”.

O material concentrou dados sobre as respostas dos principais indicadores econômicos brasileiros às medidas de mitigação da crise sanitária decorrente da pandemia, em comparação com a dinâmica internacional (com atenção especial para os países latino-americanos).





Conforme apontou a SPE, a estratégia brasileira para proteger a população e a economia diante da pandemia foi extremamente eficaz,

**com preservação do emprego,
apoio à população mais
vulnerável, queda suave do
Produto Interno Bruto (PIB)**

– melhor até do que nos países desenvolvidos –, *rápida retomada* do nível de investimento e, simultaneamente, plena preservação da responsabilidade fiscal. O Brasil, por exemplo, registrou a menor queda do PIB real em 2020 (-4,1%), frente retração de 9,9% da Argentina e queda de 26,5% na Venezuela.





Governo reduziu em 10% o Imposto de Importação de bens

5 de novembro de 2021

O governo federal reduziu em

10%

as alíquotas do Imposto de Importação sobre

87%

dos códigos tarifários que compõem a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), abrangendo bens como feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção, entre outros.



A redução – a mais abrangente já adotada no país – foi temporária e excepcional,

visando contribuir para aliviar uma das consequências econômicas negativas da pandemia da Covid-19: o aumento dos preços em diversos setores da economia e ao consumidor final. A decisão foi tomada pelo Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e contribuiu para o barateamento de quase todos os bens importados, beneficiando diretamente a população e as empresas.



Artesãos e pequenos empreendedores ganharam espaço em plataforma de comércio eletrônico global

17 de novembro de 2021

A Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia assinou *Acordo de Cooperação Técnica* (ACT) com a Loja de Vendedores Parceiros da Amazon Brasil. A intenção foi disseminar as informações necessárias para facilitar as vendas digitais e a integração desse público no comércio eletrônico, visando impulsionar o crescimento das vendas.



Também como parte do acordo, a Amazon abriu espaço em seu site para exposição e comercialização do artesanato brasileiro, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).

A ideia da parceria surgiu durante a pandemia do novo coronavírus, quando aumentou a necessidade de os empreendedores inserirem seus produtos e serviços nos sites digitais de vendas.



Governo lançou guia para retomada econômica do Turismo

23 de novembro de 2021

O Ministério da Economia – por meio da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec/ME) – e o Ministério do Turismo (MTur) lançaram o Guia para Retomada Econômica do Turismo no Brasil.

O material traz um diagnóstico e apresenta um levantamento das tendências, oportunidades e desafios para o setor do turismo.



Também há um mapeamento das boas práticas adotadas em outros países, com 20 iniciativas estratégicas para recuperar, transformar e alavancar economicamente o setor. Voltado para os setores público e privado, o guia propõe projetos para a sustentação, a retomada econômica e o crescimento do turismo diante da pandemia da Covid-19.



Ministério da Economia liberou crédito suplementar de R\$ 1,4 bilhão para 100 milhões de doses de vacina contra a Covid-19

24 de novembro de 2021

O governo federal, por meio do Ministério da Economia, destinou mais

R\$ 1,4 bilhão para aquisição de vacinas contra a Covid-19 no orçamento de 2021.

O valor correspondeu a um crédito suplementar à Lei Orçamentária do ano.

Com o recurso, o Ministério da Saúde pode adquirir mais

100 milhões

de doses da vacina, necessárias para dar continuidade à campanha de vacinação contra a doença.

Entre 2020 e 2021, foram atendidas solicitações de créditos adicionais para a compra de vacinas, além de despesas conexas para a Covid-19, no total de

R\$ 31 bilhões.





Estudo do Ministério da Economia comprovou recuperação do mercado de trabalho

30 de novembro de 2021



A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulgou a nota informativa

"Retomada do emprego formal e informal com a melhora da atividade".

O trabalho mostrou que a vacinação em massa contra o novo coronavírus e o aumento da mobilidade estão proporcionando a retomada da atividade econômica e a recuperação do mercado de trabalho. A SPE apontou que essa dinâmica se reflete no recuo da taxa de desocupação, principalmente no setor de serviços. A recuperação no mercado de trabalho tem ocorrido tanto nos postos formais quanto nos informais, destaca a Secretaria.





Aumento do prazo para renegociação de débitos do FGTS em condições especiais

1º de dezembro de 2021

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

prorrogou até às 19 horas do dia 28 de fevereiro de 2022

o prazo para adesão às propostas de transação na cobrança da dívida ativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

sob condições especiais – pagamento em até 145 meses e descontos em multas e juros.



Originalmente, o prazo terminaria em 30 de novembro de 2021.

As regras são aplicáveis a pessoas físicas ou jurídicas,

ajudando na recuperação da capacidade financeira dos contribuintes diante dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19.



Prova de vida digital passou a atender veteranos das Forças Armadas

3 de dezembro de 2021



Estabelecida, em caráter definitivo, a *prova de vida em formato digital aos militares inativos, anistiados políticos e pensionistas das Forças Armadas.*

O mecanismo facilitou a realização do cadastramento de maneira remota, utilizando o *login* no GOV.BR.

Para realizar a prova de vida digital, o veterano ou pensionista precisa ter sua biometria cadastrada no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) ou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e baixar o aplicativo GOV.BR em seu celular.

A comprovação é feita por meio da validação facial, conforme instruções presentes no aplicativo. A medida reduz a necessidade de contato social e, portanto, diminui o risco de exposição ao novo coronavírus.



Balcão Único simplificou abertura de empresas no DF

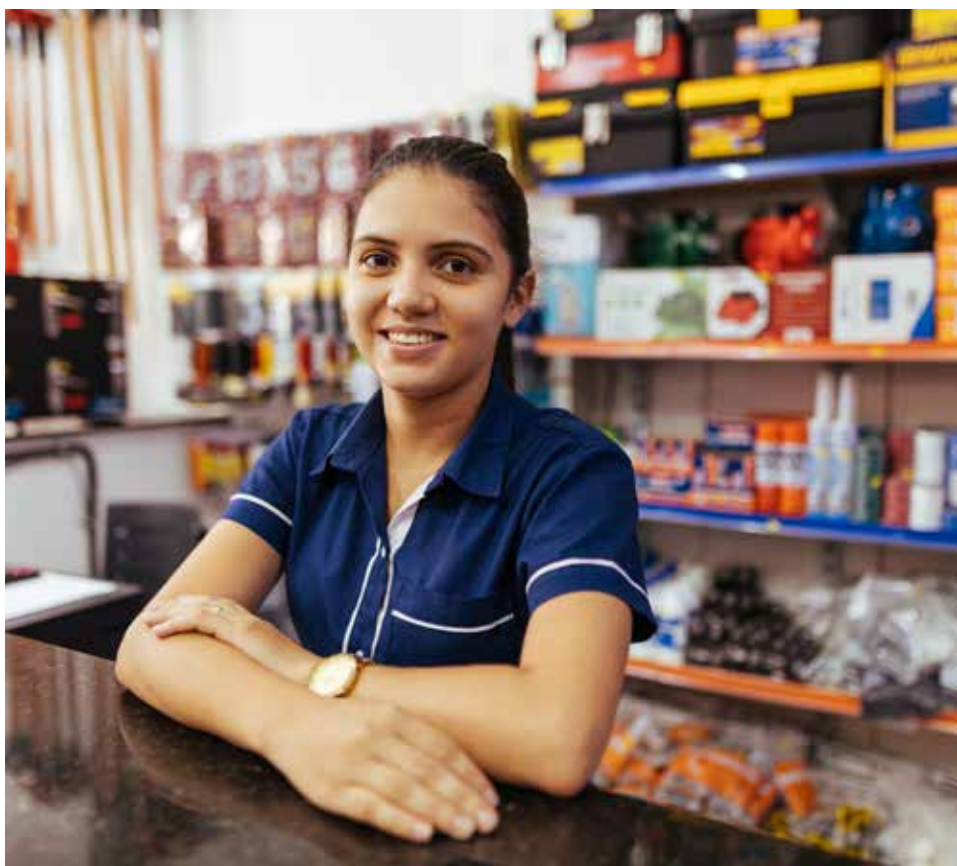
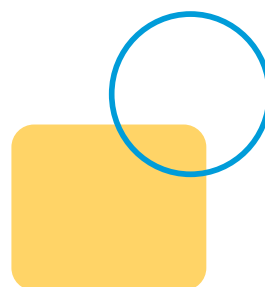
21 de dezembro de 2021

Entrou em funcionamento o

Balcão Único na Junta Comercial do Distrito Federal,

facilitando a abertura de empresas, de forma simplificada e automática,

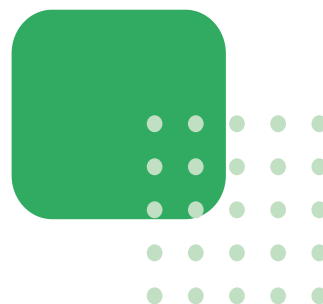
com redução de tempo e de custos.





O projeto é liderado pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia

e conta com a atuação das equipes da **Secretaria Especial da Receita Federal, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)** – responsável pelo desenvolvimento da iniciativa – e da Secretaria Especial de Modernização do Estado (Seme) da Secretaria-Geral da Presidência da República.



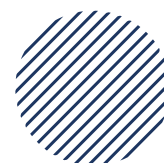
Além de desburocratizar e facilitar o ambiente de negócios, a medida também **ajuda a minimizar a exposição dos cidadãos ao novo coronavírus,** ao reduzir a necessidade de contato social.



Prazo para adesão ao Programa de Retomada Fiscal foi ampliado

27 de dezembro de 2021

*O prazo para adesão ao Programa de Retomada Fiscal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) - que se encerraria em 29 de dezembro de 2021- **foi estendido para 25 de fevereiro de 2022.***



Com isso, os contribuintes inscritos em dívida da União **ganham cerca de dois meses a mais** para poder negociar seus débitos com benefícios, como possibilidade de descontos, entrada facilitada e prazo ampliado para pagamento.

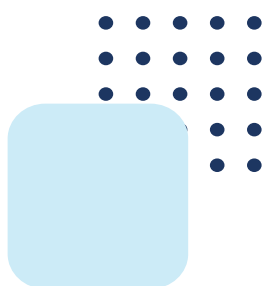




A medida ajudou na recuperação da capacidade financeira dos contribuintes

diante dos impactos gerados pela pandemia do novo coronavírus. Podem ser negociados, nos termos do Programa, os débitos inscritos na Dívida Ativa da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

até 31 de janeiro de 2022.



Há outras modalidades de transação disponíveis

que abrangem, por exemplo, débitos do Simples Nacional, do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e do Imposto Territorial Rural (ITR).



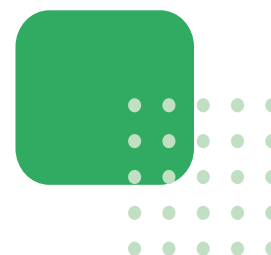
Mantidos valores mínimos em parcelamentos com a Fazenda Nacional

29 de dezembro de 2021

A Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicaram a Portaria Conjunta nº 102/2021, que

prorrogou para 1º de agosto de 2022 o prazo para efetuar pedidos de parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional,

mantendo os valores mínimos até então em vigor.



O prazo para pagamento de parcelas com os valores mínimos estabelecidos em 2019 havia sido prorrogado até 31 de dezembro de 2021. Como o ritmo normal das atividades empresariais não foi ainda restabelecido por completo – devido aos impactos da pandemia do novo coronavírus –,

houve decisão por nova prorrogação.

Para dívidas de pessoa física (inclusive referentes a obras de construção civil), a parcela mínima permaneceu em

R\$ 100.



Polícia Militar e Bombeiros do Distrito Federal adotaram prova de vida do GOV.BR

30 de dezembro de 2021

A prova de vida em formato digital utilizando a plataforma GOV.BR

e a biometria facial é adotada para os veteranos e pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).



O procedimento é previsto em lei

para evitar fraudes e pagamentos indevidos

dos proventos referentes à aposentadoria e deve ser realizado uma vez por ano, no mês de aniversário do beneficiário.



A nova modalidade garante **comodidade e segurança aos usuários,** reduzindo a necessidade de contato social, o que **minimiza o risco de exposição ao novo coronavírus.**



A plataforma GOV.BR foi criada pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e com a colaboração da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev).





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL